

Diário do Legislativo de 12/04/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 26ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Mesa da Assembléia

2.2 - Comissão

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

6 - MANIFESTAÇÕES

7 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/4/2008

Presidência dos Deputados José Henrique e Ademir Lucas

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofício nº 18/2008 (informando ausência do País), do Governador do Estado - Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.262 a 2.266/2008 - Requerimentos nºs 2.192 a 2.199/2008 - Proposições Não Recebidas: Requerimento do Deputado Ademir Lucas - Comunicações: Comunicações das Comissões de Meio Ambiente, de Política Agropecuária (2), de Saúde e de Assuntos Municipais e do Deputado Mauri Torres - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Carlin Moura, Weliton Prado, Irani Barbosa e Getúlio Neiva - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - André Quintão - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Inácio Franco, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO Nº 18/2008

Do Sr. Aécio Neves, Governador do Estado, comunicando que estará ausente do Estado no período de 11/4/2008 a 19/4/2008, em viagem aos Estados Unidos, para tratar de assuntos de interesse do Estado.

OFÍCIOS

Da Sra. Ellen Gracie, Presidente do STF, comunicando que essa Corte julgou parcialmente procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.642.

Do Sr. Orlando Adão Carvalho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.050/2008, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Dilzon Melo, Secretário de Desenvolvimento Regional (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 1.936 e 1.940/2008, da Comissão de Participação Popular. .

Do Sr. Marcus Pestana, Secretário de Saúde (2), prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.759/2006, do Deputado Rêmoló Aloise, e 1.629/2007, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Marcus Pestana, Secretário de Saúde, encaminhando relação contendo os projetos aprovados relativos ao Programa de Fortalecimento dos Consórcios Intermunicipais de Saúde, a qual foi publicada no "Minas Gerais" de 3/4/2008. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, convidando para a aula magna sobre gerenciamento de desempenho, a ser proferida pelo Diretor-Geral do Tesouro do Reino Unido em 11/4/2008, nesta Capital.

Do Sr. Custódio Mattos, Secretário de Desenvolvimento Social, convidando para a cerimônia de abertura da I Conferência Estadual de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ICEGLBT -, em 11/4/2008, em Contagem.

Do Sr. Alencar da Silveira Jr., 3º Vice-Presidente da Unale, encaminhando resumo dos temas tratados na XII Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, em fevereiro de 2008.

Do Sr. Magno Orlando Ferreira de Carvalho, Prefeito Municipal de Carrancas, solicitando a aprovação de emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 26/2007 que transfere o Município de Carrancas para a Comarca de Itumirim. (-Anexe-se ao Projeto de Lei Complementar nº 26/2007.)

Da Sra. Janete Gomes Barreto Paiva, Reitora da UEMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.944/2008, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Dimas Wagner Lamounier, Superintendente Regional da CEF (3), informando a liberação de recursos financeiros referentes às parcelas dos contratos que menciona e alguns itens referentes a contratos de repasse de recursos do Orçamento Geral da União entre a CEF e a Secretaria de Turismo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.059/2008, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.059/2008.)

Do Sr. Fabrício Torres Sampaio, Subsecretário de Transportes, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.786/2008, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Fabrício Torres Sampaio, Subsecretário de Transportes, prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 593/2007 e 1.983/2008, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexem-se aos respectivos projetos de lei.)

Da Sra. Juliana Márcia Barroso, Diretora do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública, solicitando as informações que menciona sobre gastos com segurança pública neste Estado.

Do Sr. Euvaldo M. Bittencourt Junior, Gerente de Projeto da GC Subsecretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, informando que foi firmado o convênio que menciona, publicado no "Diário Oficial da União" de 28/12/2007, com vistas à execução do projeto Construção do Centro Socioeducativo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art.74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Alexandre Cabana de Queiroz Andrade, Diretor de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, informando a celebração dos convênios que menciona entre este Estado e o referido Ministério. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art.74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Clever Soares de Andrade, Diretor de Desenvolvimento da Codemig, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.921/ 2008, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. José Augusto Trópia Reis, Vice-Presidente do BDMG, informando a posição atualizada dos recursos do Programa de Modernização Institucional e Ampliação da Infra-Estrutura em Municípios do Estado de Minas Gerais - Novo Somma. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art.74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Rosa de Fátima Mello Ferreira e outros, funcionários da Escola Estadual Cel. Ananias de Andrade, ocupantes do cargo de Assistente Técnico da Educação Básica, solicitando que esta Casa interceda junto à Secretaria de Educação com vistas à análise de sua situação salarial. (- À Comissão de Administração Pública.)

Da Sra. Débora A. F. Barbosa e outros, profissionais da educação, solicitando o apoio deste Poder a suas reivindicações relativas a melhoria salarial e de condições de trabalho. (-À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Adão Faustino, solicitando providências diante dos problemas que aponta no Ipsemg, como funcionários que não cumprem horário e falta de medicamentos na farmácia do órgão. (-À Comissão de Saúde.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.262/2008

Dá denominação a escola estadual no Município de Ipatinga.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A escola estadual situada na Avenida Pedro Nolasco, nº 700, Bairro Ideal, no Município de Ipatinga, passa a denominar-se Escola Estadual Engenheiro Amaro Lanari Júnior.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2008.

Cecília Ferramenta

Justificação: O Ideal é um tradicional bairro de Ipatinga, que foi construído pela Usiminas para abrigar seus funcionários e familiares. É habitado principalmente por aposentados e funcionários ativos da empresa, tendo, assim, uma grande identificação com a Usiminas. A escola estadual do Bairro Ideal também foi construída com investimentos da empresa que financiou toda a obra fornecendo, dessa forma, infraestrutura suficiente para que a comunidade do bairro tivesse boas condições de educação.

A comunidade escolar, alunos, professores e funcionários em geral, reconhecendo a importância da parceria com a Usiminas, manifestaram o desejo de prestar uma homenagem ao primeiro Presidente da Usina em reconhecimento ao seu trabalho. Para tanto, foi apresentada a sugestão de modificar o atual nome da escola para Escola Estadual Engenheiro Amaro Lanari Júnior.

O engenheiro Amaro Lanari Júnior foi presidente da Acesita - Aços Especiais Itabira -, em 1956, participou da primeira missão brasileira designada para tratar da associação com entidades japonesas para a instalação da Usiminas, chefiou o grupo de trabalho que estabeleceu as bases e propôs as medidas de concretização da Usiminas, entre outras atividades. Em janeiro de 1958, foi eleito Presidente da empresa, cargo que ocupou até 1978.

Atendendo ao anseio da comunidade escolar e convencida da justa homenagem, apresento este projeto de lei contando com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 2.263/2008

Altera para Brazópolis a grafia do nome do Município de Brasópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O nome do Município de Brasópolis passa a ser grafado com a consoante "z" em substituição à consoante "s".

Art. 2º - A escrita oficial do nome do Município a que se refere o artigo anterior passa a ser Brazópolis.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2008.

Durval Ângelo

Justificação: Em 7/9/23, a Lei Estadual nº 843 elevou a Villa Braz à categoria de cidade e modificou seu nome para "Brazópolis", grafado com "z", visto que se tratava de homenagem ao cidadão que mais batalhou pela emancipação da localidade, o Coronel Francisco Braz Pereira Gomes, pai do Presidente da República Wenceslau Braz Pereira Gomes.

Ressalte-se que o Decreto-Lei Estadual nº 1.058, de 31/12/43, e a Lei Estadual nº 336, de 27/12/48, ambos referentes à Divisão Administrativa e Judiciária do Estado de Minas Gerais, para o quinquênio seguinte, também grafam o nome da cidade com a consoante "z", ou seja, Brazópolis.

Entretanto, a partir da década de 1950, sem que fosse editada nenhuma lei estadual com vistas a alterar a grafia do nome da cidade, alguns órgãos públicos, tanto na esfera estadual quanto federal, passaram a grafar o nome com a consoante "s", ou seja, "Brasópolis".

Há exemplos inclusive de leis estaduais em que aparecem as duas grafias simultaneamente, tanto "Brasópolis" quanto "Brazópolis". É o caso da Lei Estadual nº 1.039, de 12/12/53, da Lei Estadual nº 2.764, de 1962, da Lei Estadual nº 3.908, de 1965, das Leis Estaduais nºs 4.586, 4.587, 4.565, de 1967, e da Lei Estadual nº 4.709, de 1968.

Como o IBGE se baseou no Anexo I da Lei nº 1.039, de 1953 (em que o nome da cidade está grafado com "s"), na publicação da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de 1959, acabou por provocar o agravamento da situação, pois o referido Instituto é fonte de consulta para conhecimento do nome correto de uma determinada cidade.

Portanto, apesar de não ter havido nenhuma mudança em termos de legislação estadual para que o nome da cidade passasse a ser grafado com a letra "s", como as leis estaduais passaram a adotar tal grafia, principalmente, a partir do ano de 1969, mister é que se corrija o equívoco por meio de uma lei estadual específica para tratar do assunto, tendo em vista exigência feita pelo IBGE.

Salientamos que em âmbito municipal foi aprovada, no ano de 1997, a Lei nº 371, de 25/9/97, que oficializou a grafia com a letra "z". Contudo, é absolutamente necessária a aprovação de um projeto de lei estadual com vistas a resolver definitivamente tal situação.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto de lei ora apresentado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Assuntos Municipais para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.264/2008

Declara de utilidade pública o Clube Atlético Guará, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Clube Atlético Guará, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2008.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: O Clube Atlético Guará tem como finalidade proporcionar a difusão do civismo e da cultura física, principalmente o futebol de caráter amador. Tendo em vista fomentar a prática de esportes entre seus associados, participa de competições em todas as modalidades esportivas amadoristas especializadas, inclusive o futebol feminino.

Em decorrência de sua atuação, promove a integração na comunidade em que atua, principalmente o segmento jovem da região, por meio de um lazer saudável.

Diante do exposto, esperamos a anuência dos nobres Deputados a este projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188 c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 2.265/2008

Declara de utilidade pública a Associação Projeto Amor e Restauração - Apar -, com sede no Município de Juiz de Fora.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Projeto Amor e Restauração - Apar -, com sede no Município de Juiz de Fora.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2008.

Sebastião Helvécio

Justificação: A Associação Projeto Amor e Restauração - Apar -, em pleno funcionamento desde 26/6/2005, é uma sociedade civil de direito privado, voltada para a assistência social, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado e com sede no Município de Juiz de Fora.

A Associação, cuja diretoria é composta por pessoas idôneas, tem como finalidade a recuperação de dependentes químicos do sexo feminino e seu ingresso, após o tratamento, no mercado de trabalho com uma nova profissão ensinada na própria Apar, por profissionais qualificados; o estímulo à parceria, ao diálogo e à solidariedade entre os diferentes segmentos sociais; a atuação conjunta com entidades que tenham interesses comuns; a promoção da cultura e a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; a promoção gratuita da saúde e da segurança alimentar e nutricional; o combate à pobreza e à miséria; a preservação, defesa e conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável.

A Apar, no desenvolvimento de suas atividades, é isenta de preconceitos ou discriminações relativas a cor, raça, credo religioso, classe social e concepção política. Não remunera os membros de sua diretoria pelo exercício de suas funções e não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma.

A entidade cumpre os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual esperamos a anuência dos nobres colegas à concessão do título declaratório.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.266/2008

Declara de utilidade pública a entidade Leo Clube Maranata de Felixlândia, com sede no Município de Felixlândia.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Leo Clube Maranata de Felixlândia, com sede no Município de Felixlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2008.

Lafayette de Andrada

Justificação: O Leo Clube Maranata de Felixlândia tem como objetivo primordial promover, entre os jovens da comunidade, todas as atividades que os ajude a desenvolver suas qualidades individuais, dando-lhes oportunidades de adquirir experiências de liderança, compreensão mútua e trabalho em prol dos carentes de Felixlândia.

Conforme documentação em anexo, a entidade foi fundada em 1979, funciona regularmente e sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas, estando seu estatuto devidamente registrado em cartório. Assim sendo, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.192/2008, do Deputado Ademir Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Pastor Jackson Martins de Andrade pelo transcurso do 96º aniversário de fundação da Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte. (- À Comissão de Cultura.)

Nº 2.193/2008, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Associação Brasileira de Imprensa - ABI - pelo transcurso do 100º aniversário de sua de fundação.

Nº 2.194/2008, do Deputado Eros Biondini, em que solicita seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a que seja concedido o título de cidadão honorário do Estado ao Sr. João Cox. (- Distribuídos à Comissão de Transporte.)

Nº 2.195/2008, do Deputado Getúlio Neiva e outros, em que solicitam seja enviado ao Tribunal de Justiça pedido de informações sobre as ações efetivadas por essa Corte quanto ao levantamento de valores de depósitos judiciais para o pagamento de precatórios devidos pelo Estado.

Nº 2.196/2008, do Deputado Getúlio Neiva e outros, em que solicitam seja enviado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre as ações por ela efetivadas quanto ao levantamento de valores de depósitos judiciais para o pagamento de precatórios devidos pelo Estado. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Nº 2.197/2008, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Vital do Rêgo Filho por sua posse como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados.

Nº 2.198/2008, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja formulado apelo à Prefeitura Municipal de Contagem, à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Contagem e à Promotoria de Justiça do Patrimônio Público de Contagem com vistas à tomada de providências em relação à situação dos 185 aspirantes da Guarda Municipal de Contagem, que ainda não foram nomeados pela Prefeitura.

Nº 2.199/2008, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja formulado apelo à Feam-Supram Central com vistas a que seja avocado pelo Estado o licenciamento do empreendimento de terraplanagem e aterramento sob responsabilidade da Empresa Top Empreendimentos Ltda., em área de acesso ao Bairro Jardim da Torre, em Nova Lima, localizada em terrenos situados na Área de Proteção Ambiental Sul.

Proposições Não Recebidas

- A Mesa, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO

Do Deputado Ademir Lucas solicitando seja consignada nos anais da Casa manifestação de aplauso ao Presidente e ao Diretor da Fundação Mariana Resende Costa pela comemoração dos 30 anos de instituição dessa Fundação.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Meio Ambiente, de Política Agropecuária (2), de Saúde e de Assuntos Municipais e do Deputado Mauri Torres.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Carlin Moura, Weliton Prado, Irani Barbosa e Getúlio Neiva proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Ademir Lucas) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 2.197/2008, da Comissão de Defesa do Consumidor, 2.198/2008, da Comissão de Direitos Humanos, e 2.199/2008, da Comissão de Meio Ambiente. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Meio Ambiente - aprovação, na 8ª Reunião Ordinária, em 9/4/2008, do Projeto de Lei nº 2.118/2008, do Deputado Eros Biondini, e do Requerimento nº 2.144/2008, do Deputado Padre João; de Política Agropecuária (2) - aprovação, na 7ª Reunião Ordinária, em 1º/4/2008, do Requerimento nº 2.108/2008, da Comissão de Participação Popular, e aprovação, na 8ª Reunião Ordinária, em 8/4/2008, do Projeto de Lei nº 2.069/2008, do Deputado Padre João; de Saúde - aprovação, na 7ª Reunião Ordinária, em 9/4/2008, dos Projetos de Lei nºs 2.038/2008, do Deputado Deiró Marra, 2.062/2008, do Deputado José Henrique, e 2.057/2008, do Deputado Bráulio Braz, e dos Requerimentos nºs 2.066/2008, do Deputado Doutor Viana, 2.129/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.134/2008, do Deputado Doutor Viana, e 2.142/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e de Assuntos Municipais - aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 9/4/2008, dos Requerimentos nºs 2.133/2008, do Deputado Doutor Viana, 2.137/2008, do Deputado Sebastião Helvécio, e 2.157/2008, do Deputado Domingos Sávio (Ciente. Publique-se.).

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.682 e 1.806/2007 e, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.329, 1.504 e 1.680/2007, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 2/4/2008

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Lafayette de Andrada e Antônio Carlos Arantes (substituindo este ao Deputado Agostinho Patrús Filho, por indicação da Liderança do BSP), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 379, 1.471, 1.672, 1.878 e 1.941/2007 (Deputada Gláucia Brandão); e 1.948 e 1.975/2007, 1.986, 1.995 e 2.024/2008 (Deputado Antônio Carlos Arantes). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e

votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 379, 1.471, 1.672, 1.878 e 1.941/2007 (relatora: Deputada Gláucia Brandão); e 1.948 e 1.975/2007 e 1.986, 1.995 e 2.024/2008 (relator: Deputado Antônio Carlos Arantes), que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão - Inácio Franco.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/4/2008

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e Eros Biondini (substituindo este ao Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado André Quintão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos parlamentares presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a situação dos catadores de material reciclável na área central de Belo Horizonte. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Rodrigo Figueira de Oliveira, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário - CAO - DH; Francisco de Assis Maciel, Assessor da Presidência da BHTRANS, representando Ricardo Medanha Ladeira, Presidente da BHTRANS; Fábio Alves dos Santos, professor e advogado do SAJ da PUC Minas; Gladston Figueiredo, Coordenador da Pastoral de Rua; a Irmã Maria Cristina Bove, Coordenadora da Pastoral de Rua Regional Leste 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB -; e Sra. Maria das Graças Marçal, Coordenadora da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável - Asmare -, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. O Presidente registra a presença do Deputado João Leite. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2008.

Durval Ângelo, Presidente - João Leite.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 41ª reunião ORDINÁRIA da mesa da Assembléia, a realizar-se às 17 horas do dia 14/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 14/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater as condições de trabalho e analisar as reivindicações dos servidores administrativos que compõem os quadros da defesa social.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Cesar, Délio Malheiros, Leonardo Moreira e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/4/2008, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.154/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 2.145/2008, do Deputado Tiago Ulisses, 2.147, 2.148 e 2.149/2008, da Comissão de Direitos Humanos, 2.156/2008, do Deputado Carlin Moura, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Cesar, Délio Malheiros, Leonardo Moreira e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/4/2008, às 9h30min, no auditório da Câmara Municipal de Ipatinga (Praça Três Poderes, Centro), com a finalidade de se discutirem questões relativas à segurança pública no Município de Ipatinga e no Vale do Aço e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.824/2007

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Delvito Alves, o projeto de lei em tela tem por objetivo dar denominação ao trecho da Rodovia MG-188 que liga os Municípios de Unai e Cabeceira Grande.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão, para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.824/2007 pretende dar a denominação de Prefeito Sebastião Alves Pinheiro – Tão – ao trecho da Rodovia MG-188 que liga os Municípios de Unai e Cabeceira Grande, entre o entroncamento da Fazenda Bolívia e a cidade de Unai.

A homenagem que se pretende fazer ao ex-Prefeito Sebastião Alves Pinheiro – "Tão" –, já falecido, é desejo das populações das cidades de Cabeceira Grande, Uruana de Minas, Natalândia, Dom Bosco e, especialmente, Unai, onde foi Prefeito por três mandatos e exerceu forte e duradoura liderança.

Durante suas gestões, foram construídos os prédios que hoje abrigam a Prefeitura, a Câmara Municipal, a rodoviária, a Creche Frei Cecílio e diversas escolas municipais nos Municípios de Cabeceira Grande e Uruana, além de creches, postos de saúde e o início da reconstrução do atual Hospital Municipal de Unai e do Ginásio Poliesportivo. Destinou área para o aterro sanitário de lixo doméstico de Unai e para o Cemitério São João Batista, além de doar terreno para construção do Estádio Unai Esporte Clube.

Visando ao bem-estar dos moradores da região, deu prosseguimento às obras da rede de esgoto, inaugurou o sistema de água canalizada e tratada do Município do Rio Preto e fez a canalização do córrego Canabrava, contribuindo para o saneamento e a preservação do meio ambiente.

Seu espírito empreendedor atuou na criação de estradas municipais, da rodovia que liga Unai aos Municípios de Buritis e Arinos, passando pelo Distrito de Garapuava e da Vila São Sebastião, hoje um bairro de Unai destinado à residência de pessoas carentes, assim como o Bairro Nova Divinéia.

Sebastião Alves Pinheiro exerceu papel fundamental na instalação e na expansão dos serviços de telefonia, de energia elétrica, água potável e iluminação pública na região.

Na área educacional, trabalhou pela implantação do primeiro curso profissionalizante de Unai e adquiriu ônibus escolar para uso de estudantes de curso superior matriculados em Brasília. Em parceria com o governo do Estado, reformou, ampliou e equipou unidades de ensino.

As realizações do ex-Prefeito, exemplo de liderança política empreendedora, tornam a pretensão do projeto de lei em análise meritória.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.824/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2008.

Juninho Araújo, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.867/2007

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Alberto Pinto Coelho, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação ao viaduto de retorno da Rodovia MG-10, no Km 30.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.867/2007 pretende dar a denominação de Viaduto Embaixador José Aparecido de Oliveira ao viaduto de retorno da Rodovia MG-10, no Km 30.

José Aparecido de Oliveira nasceu em 1929, no então Distrito de Conceição do Mato Dentro, Município de São Sebastião do Rio Preto. Iniciou sua vida profissional no jornalismo, trabalhando nos principais veículos da época: "Diário de Minas", "Estado de Minas", "Diário do Comércio", "Correio da Manhã", Rádio Inconfidência e Revista Alterosa.

Sua trajetória política começou quando ainda era jovem e filiou-se à antiga UDN. Foi assessor do Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho no governo de Milton Campos e Chefe de Gabinete do então Prefeito de Belo Horizonte, Celso Melo de Azevedo. Personagem fundamental na campanha eleitoral que levou Jânio Quadros à Presidência da República, foi seu secretário particular e redigiu o relato oficial que, enviado ao Congresso Nacional, ensejou a renúncia do Presidente. De volta a Minas Gerais, ocupou os cargos de Secretário da Agricultura e do Interior e Justiça. Posteriormente, assumiu a Secretaria de Estado de Governo de Magalhães Pinto.

A Revolução de 1964 cassou seus direitos políticos, mas, mesmo forçado a afastar-se, atuou contra a instalação da ditadura militar. Sempre diligente com seus princípios, engajou-se no processo de redemocratização do País. Na década de 80, já é uma liderança que pontua nacionalmente a luta pelo retorno à democracia, ficando conhecido como articulador hábil, representante do espírito conciliador dos mineiros e fiel às suas convicções nacionalistas.

De volta à vida pública, com a anistia de 79, é eleito para o seu segundo mandato de Deputado Federal (1983-1987).

Com Tancredo Neves no governo de Minas, é convidado a assumir e estruturar a nova Secretaria de Estado da Cultura. Tarefa semelhante recebeu da Presidência da República, pois foi o responsável pela implantação do Ministério da Cultura, do qual foi o primeiro titular.

Em seguida, assumiu o governo do Distrito Federal, onde permanece até 1988. Por seu trabalho e prestígio, Brasília foi reconhecida como patrimônio da humanidade pela Unesco, feito inédito, por ser a primeira obra moderna a receber tal título em todo o mundo.

Em 1992, o Presidente Itamar Franco o convoca para ser o Embaixador do Brasil em Portugal, onde fica até 1995. Sua principal bandeira foi a unificação da língua portuguesa em todas as nações que têm raízes lingüísticas e históricas com Portugal. Também foi grande idealizador e fundador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP. Com a inauguração do Centro de Estudos Brasileiros em Maputo, Moçambique, em 2003, que leva o seu nome por iniciativa do Presidente Lula, ficou registrada a gratidão de todas as nações que se irmanam na língua portuguesa.

Orgulhoso de sua terra natal, Conceição do Mato Dentro, transformou-se em seu maior benfeitor, inclusive com a pavimentação da Rodovia MG-10, principal via de acesso ao Município.

José Aparecido de Oliveira deixou, para sempre, seu legado de permanente dedicação às causas da sociedade, à história do País e à reconquista da democracia.

Diante dessas considerações, a homenagem que se lhe pretende fazer por meio do projeto de lei em análise é oportuna e meritória, por se tratar de um dos políticos mineiros mais importantes.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.867/2007, em turno único, nos termos apresentados.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2008.

Djalma Diniz, Presidente.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.154/2008

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac de Canápolis, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.154/2008 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Canápolis, que possui como finalidade precípua auxiliar as autoridades dos Poderes Judiciário e Executivo nas tarefas ligadas à readaptação dos sentenciados e dos presidiários. É parceira da Justiça, também, na fase de execução da pena, pois exerce atividades ligadas à educação, à saúde, à recreação, ao bem-estar, à profissionalização e à reintegração social dos detentos, além de apoiar seus familiares.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.154/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2008.

Délio Malheiros, relator.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 10/4/2008, a seguinte comunicação:

Do Deputado Mauri Torres, notificando o falecimento do Sr. Raimundo Elias Machado, ocorrido em 8/4/2008, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de aplauso ao Colégio Loyola por seus 65 anos de fundação. (Requerimento nº 2.048/2008, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Mamonas pelo transcurso do 16º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.062/2008, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Montalvânia pelo transcurso do 46º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.063/2008, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Riachinho pelo transcurso do 16º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.064/2008, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Pedras de Maria da Cruz pelo transcurso do 16º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.065/2008, do Deputado Arlen Santiago);

de aplauso à União dos Capelães Evangélicos do Brasil - Ucebras - pela realização do 1º Congresso Nacional de Capelães do Brasil, no Município de Três Marias (Requerimento nº 2.067/2008, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH - por seus 44 anos de fundação (Requerimento nº 2.068/2008, da Deputada Gláucia Brandão);

de congratulações com a comunidade de Jequeri pelo transcurso do 150º aniversário de fundação desse Município (Requerimento nº 2.069/2008, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a Sra. Janeide Rodrigues Gangá, Diretora da Escola Estadual Carlos Luz, pelos serviços prestados à comunidade escolar (Requerimento nº 2.070/2008, do Deputado Jayro Lessa);

de aplauso ao Sr. José Xavier, Prefeito Municipal de Guarani, pelas grandes realizações em 2007, conforme pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios - CMN -, segundo a qual o Município figura em 35º lugar entre os 100 melhores Municípios do Estado nos índices de responsabilidade fiscal, social e de gestão (Requerimento nº 2.072/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça);

de congratulações com os Srs. José Antônio Coelho e Antônio Pinto de Souza, respectivamente Prefeito e Vice-Prefeito Municipais de Sardoá, pelos brilhantes serviços prestados ao Município na construção de obras públicas (Requerimento nº 2.074/2008, do Deputado Walter Tosta);

de congratulações com o Sr. Rutílio Eugênio Cavalcanti Filho, Prefeito Municipal de Urucuia, pelos brilhantes serviços prestados ao Município em defesa da saúde e do esporte (Requerimento nº 2.075/2008, do Deputado Walter Tosta);

de congratulações com o Sr. Lúcio José Rezende dos Santos, Prefeito Municipal de São Romão, pelos brilhantes serviços prestados ao Município em defesa da saúde e da educação (Requerimento nº 2.076/2008, do Deputado Walter Tosta);

de congratulações com o Sr. José de Souza Rabelo, Prefeito Municipal de São Sebastião do Rio Verde, pelos brilhantes serviços prestados ao Município em defesa da inclusão e da assistência social (Requerimento nº 2.077/2008, do Deputado Walter Tosta);

de congratulações com o Sr. Mateus Jerônimo Gudi, Prefeito Municipal de Botelhos, pelos brilhantes serviços prestados ao Município em defesa da moradia popular (Requerimento nº 2.078/2008, do Deputado Walter Tosta);

de congratulações com os Srs. José Eustáquio da Silva e Cláudio Fileto, respectivamente Prefeito e Vice-Prefeito Municipais de Delta, pelos brilhantes serviços prestados ao Município em defesa da saúde, da educação e da promoção social (Requerimento nº 2.079/2008, do Deputado Walter Tosta);

de aplauso à Cemig por seus 56 anos de fundação (Requerimento nº 2.085/2008, do Deputado Doutor Viana);

de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Rogério dos Santos, Vereador à Câmara Municipal de Juiz de Fora (Requerimento nº 2.086/2008, do Deputado Carlin Moura);

de aplauso aos policiais civis que menciona, da Divisão de Operações Especiais - Deoesp - pelo trabalho desenvolvido na apuração do homicídio e da tentativa de homicídio que vitimaram, respectivamente, Mauro Costa Dias e Adriano Rodrigues Miranda, em 9/9/2007, na zona rural de Tarumirim (Requerimento nº 2.088/2008, da Comissão de Direitos Humanos);

de aplauso aos policiais civis que menciona, da Delegacia Especializada na Apuração de Furtos e Roubos de Veículos pela conclusão do Inquérito nº 099/07, destinado à investigação de práticas criminosas no Município de Betim (Requerimento nº 2.089/2008, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com o Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado de Minas Gerais - Sicepot-MG - por seus 40 anos de fundação (Requerimento nº 2.093/2008, do Deputado Alencar da Silveira Jr.);

de congratulações com o Juiz Carlos Augusto de Barros Levenhagen por sua posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça (Requerimento nº 2.094/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Guarani pelos 94 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.095/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça);

de congratulações com a Sra. Sônia Estela de Melo, por seu desempenho no cargo de Superintendente da Polícia Federal no Estado (Requerimento nº 2.096/2008, do Deputado Gilberto Abramo);

de congratulações com a comunidade de Rio Piracicaba por ter sido esse Município apontado pela pesquisa Redes de Aprendizagem, ao lado de outros quatro mineiros, como um dos 37 Municípios brasileiros capazes de oferecer educação de boa qualidade, mesmo em condições de risco social (Requerimento nº 2.116/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho);

de congratulações com a comunidade de Lontra pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.117/2008, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade de Santa Rita de Caldas por ter sido esse Município apontado em pesquisa realizada pelo Unicef como um dos cinco Municípios mineiros capazes de oferecer educação de boa qualidade aos estudantes da rede pública (Requerimento nº 2.118/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Roger Agnelli, Presidente da Cia. Vale do Rio Doce, pelo recebimento do título Personalidade de Vendas ADVB 2007, conferido pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil - ADVB (Requerimento nº 2.121/2008, do Deputado Jayro Lessa);

de aplauso à comunidade de Lagamar pelo índice alcançado por esse Município na pesquisa Redes de Aprendizagem, destinada à avaliação da educação básica (Requerimento nº 2.124/2008, do Deputado Elmiro Nascimento);

de aplauso à Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio das Velhas - Amev - por seus 30 anos de fundação (Requerimento nº 2.125/2008, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso ao Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Minas Gerais - SAAE-MG - por seu 27º aniversário de obtenção da carta sindical (Requerimento nº 2.126/2008, do Deputado Doutor Viana).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 8/4/2008

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, caríssimos colegas Deputados e Deputadas, TV Assembléia, amigos das galerias, senhores e senhoras, ocupo mais uma vez a tribuna desta Casa para fazer algumas considerações sobre ações importantes desenvolvidas pelo governo do Estado em prol do Sul de Minas. Devo manifestar a todos e a todas que há 15 dias acompanhamos a Itajubá o Secretário Fuad Noman, o Diretor-Geral do DER, José Elcio Monteze, e o Dr. Fleury. Lá, junto à coordenadoria regional do DER, o Estado, pelo Secretário Fuad Noman, autorizou ordem de serviço para 33 Municípios, os que têm a malha rodoviária estadual.

É certo que essa é uma medida inovadora por parte do Governador Aécio Neves, que entrega 525km de rodovias estaduais a uma empreiteira para que, por quatro anos, conserve, zele e mantenha as condições de tráfego em nossa região Sul mineira. Todas essas rodovias são pertencentes à região de Itajubá, e serão beneficiados 33 Municípios. Lá estavam representados 28 Municípios, e pudemos ressaltar a importância para as nossas rodovias desse fato histórico, já que a conservação de nossa malha viária, tão fundamental, tem sido questionada por todos; agora, com a ordem de serviço autorizada pelo DER, por determinação do Governador, já temos, em vários eixos rodoviários e várias estradas que ligam Municípios, muitas frentes de trabalho para conservação e recapeamento, o que dá trafegabilidade aos trechos.

Também tive o prazer de estar em Poços de Caldas, com o companheiro Deputado Carlos Mosconi, o Secretário de Obras, o Diretor-Geral do DER, o Dr. Fleury e o Deputado Federal Geraldo Tadeu, à mesma época em que estivemos em Itajubá, para a mesma ação, garantindo assim o eixo rodoviário estadual entre 28 Municípios, com a garantia para quase 500km de trafegabilidade e, principalmente, segurança, com a indicação das empreiteiras, que certamente já assumiram a conservação dessas estradas.

É uma medida inovadora, e temos que cumprimentar o Governador Aécio Neves. Fazer e entregar estradas à população é importante, mas precisamos efetivamente de sua conservação contínua, principalmente nos períodos de chuvas, que temos enfrentado com frequência. Esse fato foi inovador em um primeiro momento. Basta dizer que teremos desde já, nesses dois eixos importantes, Itajubá e Poços de Caldas, o início dessa frente de trabalho, com 33 Municípios pela região de Itajubá e 28 Municípios pela região de Poços de Caldas. Quero, mais uma vez - já o fizemos publicamente -, destacar a importância extraordinária do projeto ProMG, pela conservação das estradas e, principalmente, pela garantia de todos que precisam locomover-se diariamente. Aliás, fizemos publicamente o resalto da visão extraordinária que o Governador tem tido, principalmente pelo Proprocesso, por meio do qual muitos Municípios já estão sendo contemplados, garantindo o asfaltamento, cuja

empreitada será certamente a partir de maio. Outros Municípios farão parte desse projeto extraordinário tão respeitado, o Processo. Agora, com o ProMG, teremos as nossas rodovias em perfeitas condições. Gostaríamos muito, Deputado Carlos Mosconi, que o Estado assumisse as rodovias federais. Aliás, esse assunto já vem sendo tratado pelo nosso Governador, pelo Secretário Fuad, pelo Dr. José Elcio, junto ao Ministério dos Transportes. Tenho certeza de que, no momento em que o Estado efetivamente assumir as rodovias federais, não teremos absolutamente mais nenhum problema dos que estamos enfrentando nas nossas rodovias, em todas as BRs do Sul de Minas e do nosso Estado. Temos que confiar e acreditar. O Governador já manifestou o grande projeto de o Estado assumir isso no futuro, graças à Cide, que discutimos e trabalhamos quando o Secretário Fuad Noman era nosso Secretário de Fazenda, e fez com que o Estado fosse parceiro em ações maiores para a garantia das nossas rodovias.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, gostaria de cumprimentar V. Exa. pelo seu pronunciamento tão oportuno e manifestar minha satisfação por ter estado conosco, na semana passada, na cidade de Poços de Caldas, acompanhando o Secretário Fuad Noman. Como disse V. Exa., ele foi lá anunciar um repasse de recursos da ordem de R\$82.000.000,00 para o acerto, o conserto, a manutenção, a renovação e a restauração de estradas estaduais, envolvendo 28 cidades da região de Poços de Caldas. Portanto, foi um momento extremamente feliz para a nossa região e mais uma manifestação e demonstração da eficiência do governo Aécio Neves, que tem no Secretário Fuad Noman um dos seus pilares, extremamente competente, corretíssimo, ágil, inteligente, levando esses benefícios a todas as regiões do Estado, o que é muito importante para nós, especialmente na área das rodovias. Nós, que vivemos no Sul de Minas - V. Exa. também é da região e a representa tão bem nesta Casa -, sabemos da precariedade das rodovias federais da região e a falta de solução adequada para esse problema que nos aflige. A estrada onde V. Exa. passa, de Poços de Caldas a Andradas, é um drama. É um tapa-buraco que não tem mais fim. Tapa-se o buraco hoje, chove amanhã, e, depois de amanhã, o buraco está lá, de novo. As estradas são absolutamente intransitáveis, como a de Poços de Caldas a Machado. As coisas vão-se multiplicando e se complicando, e não vemos solução para esse problema, caro Deputado Dalmo Ribeiro Silva. A solução estaria no que V. Exa. está dizendo. Já que o governo federal, não sei por quê, não tem condições de fazer essa manutenção, que passe essas rodovias para o Estado de Minas Gerais, conforme proposta feita pelo Governador Aécio Neves. Até nesse episódio da ida do Secretário Fuad Noman lá, vimos uma inovação extremamente importante e interessante: não só os repasses para a restauração dessas estradas estão sendo feitos pelo governo estadual, mas também se envolvem recursos para a manutenção dessas estradas estaduais pelo período de quatro anos, o que nos dá a segurança de que as estradas serão arrumadas e restauradas, mas também será feita a manutenção, pelo menos pelo período de quatro anos, o que é uma segurança para todos nós. Portanto, cumprimento V. Exa. e deixo aqui consignados os meus cumprimentos ao Secretário Fuad Noman e ao Governador Aécio Neves. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Deputado Carlos Mosconi, grande companheiro do Sul de Minas.

Outro assunto que gostaria de destacar nesta tarde se refere à presença, na semana passada, da Comissão de Turismo desta Assembléia em Itajubá. Neste momento quero agradecer aos Deputados Vanderlei Miranda e Bráulio Braz, Vice-Presidente da Comissão. Atendendo a requerimento de nossa autoria, fizemos uma visita oficial à Helibrás, da qual conhecemos a importância, para ver de perto suas atividades. Fomos recepcionados pelo Dr. Luiz Eduardo Mauad, Vice-Presidente. Pudemos conhecer os novos projetos que estão sendo implementados. Temos já anunciados US\$250.000.000,00 para o início do novo planejamento. Hoje a Helibrás fabrica aproximadamente de 18 a 20 helicópteros por mês e, com esse novo formato, passará para 35 a 40, no mínimo. Aliás, o Estado detém 25%, e 65%, a empresa francesa, subsidiada pelo Eurocopter. Hoje a Helibrás emprega 2.500 funcionários direta e indiretamente, sendo respeitada em todo o setor da aeronáutica de Minas Gerais e do Brasil.

Inúmeras autoridades, como o Ministro de Defesa Social, também estiveram há poucos dias em Itajubá para conhecer de perto o maravilhoso e extraordinário projeto da Helibrás.

Concedo, com muito prazer, aparte ao Deputado Bráulio Braz, que nos honrou com a sua presença em Itajubá, participando dessa importante visita à Helibrás.

O Deputado Bráulio Braz (em aparte) - Nobre colega Deputado Dalmo Ribeiro Silva, nós, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, atendendo à solicitação de V. Exa., visitamos a Helibrás e constatamos a importância desse parque industrial para o Sul de Minas. A propósito de outras indústrias que ali se encontram, pudemos ver a dedicação para expandir o seu corpo produtivo. Acreditamos que será mais importante ainda para a região o crescimento da Helibrás, única empresa fabricante de helicópteros da América Latina, que tem helicópteros de alta tecnologia, como V. Exa. disse, da Eurocopter, da França. Isso foi muito bom.

Mais importante ainda é ter acompanhado V. Exa. nessa visita e constatado que realmente o Sul de Minas é bem diferente da região em que vivemos. Quando decidimos entrar na vida pública e submeter o nosso nome à apreciação popular, foi porque percebemos que estávamos na Zona da Mata muito isolados do resto do Estado. Hoje V. Exa. mesmo disse que o governo de Minas recapará e asfaltará mais de 500km de estrada. Vivemos em nossa região a maior penúria de investimentos. Por isso nós - eu e mais dois nobres colegas: a Deputada Maria Lúcia Mendonça, de Cataguases, e o Deputado Sebastião Costa, de Divino, da Zona da Mata mineira -, estamos aqui lutando para levar investimentos do Estado para a nossa região tão sofrida da Zona da Mata.

Já estamos na Assembléia há 14 meses e estamos muito envolvidos com a nossa atividade na Zona da Mata. Havia muito tempo não visitávamos o Sul de Minas. É impressionante a diferença. Notamos isso claramente. Observamos que temos uma luta hercúlea pela frente a fim de levar muitos investimentos do governo do Estado para a nossa região, de criar infra-estrutura para facilitar que na Zona da Mata tenhamos futuramente investimentos das indústrias para gerar mais emprego e renda para o nosso povo.

V. Exa. está de parabéns pela luta que os senhores e os seus companheiros do Sul de Minas empreendem em favor da região. Nota-se a pujança econômica, o desenvolvimento e os olhos do governo voltados para aquela região, que está tão próxima de São Paulo, disputando mercado de trabalho e investimentos com esse Estado. O resultado está lá. Vimos que realmente a região está crescendo e progredindo muito.

Foi um prazer viajar com V. Exa. Assim que pudermos, retornaremos ao Sul de Minas a fim de voltar os nossos olhos para a grandeza da região, podermos levar exemplos para a região da Zona da Mata mineira, que tanto necessita. Parabenizo V. Exa. pelo trabalho e pela dedicação na Assembléia em prol da sua região.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Deputado Bráulio Braz. Sem dúvida alguma, a presença da Assembléia Legislativa no Sul de Minas, para conhecer pela primeira vez as instalações e o posicionamento da Helibrás, traduz a preocupação de todos os parlamentares. Eu, V. Exa. e o Deputado Vanderlei Miranda podemos assumir também, em nome de todos os nossos pares, o compromisso de apoiar esse momento importante, em que a Helibrás está recebendo novos investimentos do governo, enaltecendo, particularmente, o posicionamento extraordinário do Governador Aécio Neves em favor da empresa. Esse assunto já vem sendo tratado com o Presidente Jorge Viana, ex-governador do Acre, que tem estado sempre em Belo Horizonte em busca desse grande avanço na tecnologia da aeronáutica. Fico muito feliz com isso. Neste ano, em que a Helibrás está completando 30 anos de atividade no Brasil, teremos brevemente na Assembléia Legislativa, com o apoio de todos os parlamentares, uma reunião especial para homenagear aquele que acreditou e acredita no chão mineiro produzindo helicópteros, gerando empregos e, acima de tudo, resgatando o trabalho dos mineiros. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Rosângela Reis - Exm^o Sr. Presidente, meu caro Deputado Doutor Viana; Exm^o Sr. Deputado que me antecedeu, que falou sobre as rodovias estaduais, que tanto carecem de ser asfaltadas, melhoradas e duplicadas; Deputados presentes, imprensa, senhores e senhoras, boa tarde. Na última quarta-feira, dia 2, estive em Linhares, no Espírito Santo, como membro da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para a abertura do "IV Fórum das Águas do Rio Doce", o maior evento anual do Brasil relacionado aos temas da água e do desenvolvimento, que acontece alternadamente em Minas Gerais e no Espírito Santo. A última edição, no ano passado, foi realizada em Ipatinga, no Vale do Aço, maior pólo siderúrgico da América Latina, justamente porque a siderurgia com a mineração, a geração de energia elétrica, a indústria de celulose e o agronegócio são as principais atividades econômicas realizadas na área dessa bacia. Cerca de 30% do café produzido no País vem da bacia do Rio Doce. Além disso, a foz desse valioso curso d'água tem produção de petróleo e uma reserva de 25.000.000.000m³ de gás natural. Sua importância econômica justificou o caráter internacional do quarto fórum, que teve como tema central a exportação das riquezas materiais e humanas produzidas na bacia. As discussões tiveram como foco a relação do Rio Doce com o mundo e sua contribuição para o desenvolvimento regional, tendo em vista as exigências do mercado internacional no conceito de práticas sustentáveis de produção. Voltei confiante na luta pela revitalização dessa Bacia Hidrográfica tão importante, que abrange uma área de 83.400km² dos territórios de Minas Gerais e do Espírito Santo, equivalente à de um país como Portugal. O Rio Doce, que nasce na Serra do Espinhaço, em Minas Gerais, e deságua no Oceano Atlântico, em Regência, Município de Linhares, no Espírito Santo, tem 875km de extensão, e seu percurso banha 230 Municípios: 202 de nosso Estado e 28 em território capixaba. Minha confiança se deve à percepção do grande número de agentes envolvidos nesse processo, do enorme esforço das entidades ambientalistas e da integração entre Minas e Espírito Santo, priorizando o diálogo e a cooperação em torno do desenvolvimento sustentável da bacia. Minas Gerais está investindo cerca de R\$1.800.000.000,00, ao lado de recursos da Agência Nacional de Águas - ANA - e do Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo. Durante o fórum, os governos de Minas e do Espírito Santo assinaram um termo de cooperação técnica para investimento em pesquisas científicas na bacia do Rio Doce. Participam do termo a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais - Sectes -, a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Sect - e o Fundo Setorial dos Recursos Hídricos - CT-Hidro. A previsão é um investimento total de R\$3.000.000,00, sendo R\$1.000.000,00 do governo de Minas, R\$500.000,00 do governo do Espírito Santo e R\$1.500.000,00 do CT-Hidro. Em Minas Gerais, o edital de pesquisa será lançado neste semestre, pela Fapemig. Poderão pleitear o recurso instituições de ensino e pesquisa do Estado. Foram ainda firmados outros compromissos, como a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José, afluente do Rio Doce no Espírito Santo; a posse do Fórum Capixaba de Comitês de Bacias Hidrográficas; e o desenvolvimento de projetos de cooperação entre o Brasil e Moçambique para a racionalização do uso da água na agricultura. Além dos convênios firmados, mais de 100 atividades, entre minicursos, palestras, debates, mesas-redondas, visitas técnicas, encontros e reuniões movimentaram a programação técnico-científica do IV Fórum das Águas do Rio Doce. Foram inúmeras palestras, com temas como piscicultura sustentável, viveiros escavados e tanques-redes, sistemas agroflorestais para o cacau, geodiversidade e recursos hídricos, uso racional da água na agricultura e recuperação de áreas degradadas e contaminadas. Outro aspecto de destaque no evento foi o fato de ele ter sido organizado de forma a inserir uma grande diversidade de temas, setores da sociedade e faixas etárias, de acordo com objetivos e interesses, para facilitar o envolvimento dos parceiros e do público. Assim, o fórum pôde atender às expectativas tanto da comunidade científica e universitária quanto das crianças e jovens, políticos, técnicos, produtores rurais e ambientalistas, no grande espaço da Cidade das Águas, com 38.000m².

É inegável, portanto, a contribuição desse fórum para a construção de um desenvolvimento sustentável, com revitalização dos mananciais do Rio Doce, mas é também imprescindível que as ações sejam contínuas.

É com esse intuito que venho propor a retomada do plano de ação definido pela Cipe Rio Doce no ano passado, para que a bacia do Rio Doce possa beneficiar-se cada vez mais de créditos orçamentários específicos em níveis federal e estadual. Na área de sua bacia vive uma população de cerca de 3.500.000 habitantes. Apesar da importante contribuição que esse rio e seus afluentes representam para o País, eles vêm sofrendo o ônus de um desenvolvimento não sustentável, já com grandes perdas para o meio ambiente e os moradores dos Municípios ribeirinhos. A bacia precisa de reparação, diante dos prejuízos que se acumulam ao longo de muitos anos de poluição.

Ao mesmo tempo, lembro que as ações educativas também não podem ser interrompidas, de forma que a população se envolva na preservação desse bem natural tão importante. Os Municípios, por sua vez, devem tornar prioritário o saneamento básico, tratar seus esgotos e dar destinação adequada aos resíduos sólidos. Nós mesmos e as gerações futuras teremos muito que agradecer por esses cuidados, que garantirão a manutenção da qualidade e da quantidade de nossos recursos hídricos. Muito obrigada.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, cidadãos e cidadãs mineiras que nos acompanham nesta reunião da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, a revista "Veja" desta semana traz uma grande reportagem. Ela destaca seis Governadores e faz uma avaliação da gestão deles em seus Estados. São dois Governadores do PSDB, dois do PMDB, um do DEM e um do PSB. Vale, a partir dessa análise que a revista "Veja" faz desses governos - e aqui me atendo especialmente aos Governadores do meu partido -, lembrar, especialmente, que essa atenção para com a gestão, a preocupação do cuidado com os recursos públicos, eles, sem dúvida, tiveram suas bases em governos do PSDB. É claro que temos de reconhecer aqui o papel fundamental dos outros partidos que contribuíram e até hoje contribuem, e muito, para essas gestões vitoriosas do PSDB, que, de alguma forma, marcaram a vida brasileira.

As bases lançadas para uma boa gestão dos recursos públicos se deram, sem dúvida, nos governos Fernando Henrique e Mário Covas. No governo Fernando Henrique, época em que eu era Deputado à Assembléia Legislativa de Minas, vimos a unificação das dívidas dos Estados. Minas Gerais, naquela altura, não conhecia nem sequer quem devia. Numa decisão de coragem do Presidente Fernando Henrique Cardoso e de toda a sua equipe, tivemos uma unificação das dívidas de todos os Estados. Os Estados passaram a ser devedores da União, e a União cuidou de discutir as dívidas, inclusive as internacionais, dos Estados. Lembro-me especialmente de alguns governos com total irresponsabilidade fiscal que deixaram para outros governos, em níveis municipal, estadual a federal, dívidas impagáveis, situações de verdadeiro caos. A partir daquele momento, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, houve uma organização do governo, com o PSDB. E V. Exa., Deputado Carlos Mosconi, como Deputado Federal, apoiou esse início de gestão cuidadosa, responsável e todo esse trabalho realizado pelo PSDB. Vimos também, em São Paulo, nascer bases importantes para uma gestão profissional dos recursos públicos, uma gestão cuidadosa, com diversos gestores do PSDB. Queria aqui lembrar o saudoso, querido companheiro, ex-Governador e Presidente do PSDB Mário Covas. V. Exa. sempre lembra muito bem o nosso querido companheiro ex-Prefeito de Campinas. Queria conceder a V. Exa. aparte, para que lembrasse essa grande figura da história do PSDB, especialmente na área da assistência social e no cuidado com os mais pobres do País.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Agradeço, Deputado João Leite. Gostaria de trazer uma lembrança a esta Casa, como V. Exa. está fazendo, numa espécie de recordação de coisas boas da política. Sem dúvida, a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal foi um grande avanço para o nosso país. Todos nós nos lembramos de que, antes, a irresponsabilidade infelizmente pairava em muitas cidades do Brasil, em Estados brasileiros com administradores que deixavam seus mandatos com as cidades praticamente falidas, com os Estados falidos. Graças à Lei de Responsabilidade Fiscal, hoje isso mudou. V. Exa. traz à lembrança o grande Governador Mário Covas, exemplo de homem público no Brasil, homem inovador, corajoso, fundador do PSDB, Presidente do nosso partido, acho que o País deve muito a ele. Mas queria, sobretudo, fazer uma referência ao Prefeito de Campinas José Roberto Magalhães Teixeira, que trouxe para o Brasil a instituição chamada Bolsa-Escola. Foi o primeiro administrador público do Brasil que instituiu em nosso país, na cidade de Campinas, a chamada Bolsa-Escola, que depois foi transformada em lei nacional pelo Senador Suplicy e depois levada para o Distrito Federal. O primeiro Governador que implantou no País, em um Estado do Brasil, a Bolsa-Escola foi o Governador do Distrito Federal Cristovam Buarque. Então, quero fazer essa referência ao ex-Prefeito de Campinas, meu amigo pessoal, amigo também de V. Exa., meu conterrâneo da cidade de Andradadas, grande político deste país, que, infelizmente, já faleceu de maneira tão precoce, o grande Prefeito José Roberto de Magalhães Teixeira, que deve ser sempre lembrado com muito respeito e enorme admiração, porque foi o introdutor, no Brasil, dessa grande política de inclusão social, que é o Bolsa-Escola. Obrigado.

O Deputado João Leite - Agradeço a participação de V. Exa., que veio enriquecer com toda essa lembrança de pessoas tão importantes da política brasileira. Lembro-me, especialmente, do nosso querido Grama, Prefeito de Campinas, que também iniciou a discussão do Orçamento com a população dessa cidade. Assim, o Orçamento com participação popular se inicia na gestão desse grande companheiro do PSDB, que sempre deve ser lembrado.

Eu falava do ex-Governador Covas, companheiro tão querido no PSDB. Lembro-me, Deputado Mosconi, da campanha do PSDB em 2000, em Belo Horizonte. Ele era Governador de São Paulo e fez questão de gravar, para a televisão, mensagem para toda a Belo Horizonte, apoiando a nossa candidatura. Então, guardo, com muito carinho, esse apoio. Muito me recordo de tudo o que representa Mário Covas para todos nós, do PSDB, e para o nosso país. A revista "Veja" reconhece o trabalho do ex-Governador. Sem dúvida, o reconhecimento da gestão do Governador Serra é também fruto do trabalho implementado pelo ex-Governador Covas. O Estado de São Paulo vem colhendo os frutos dessas bases lançadas por ele. A "Veja" lembra também a excepcional gestão realizada pelo Governador Aécio Neves em Minas Gerais. Obviamente temos de reconhecer que a base do Governador na Assembléia Legislativa é presente, conta com a participação de muitos partidos, que vêm dando, neste Parlamento, o respaldo para essa gestão vitoriosa, reconhecida agora nacionalmente por intermédio dos meios de comunicação. A gestão do Governador está entre as melhores gestões do nosso país, com outros partidos e Governadores que estão sendo reconhecidos em âmbito nacional. Devemos destacar, especialmente, a relação deste governo com o Poder Legislativo, o reconhecimento, por parte do Governador, da importância do Parlamento de Minas Gerais. Aqui, o governo tem discutido os seus investimentos. A cada ano, recebemos um documento muito importante, o Plano Plurianual de Ação Governamental, cuja revisão é feita pelos Deputados a partir da sugestão de grande parte da população. Os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Carlos Mosconi ressaltaram, em intervenções anteriores a minha, a competência do governo do Estado em relação à malha rodoviária no Sul de Minas, por meio da Pasta do competente Secretário de Transportes e Obras Públicas, Fuad Noman. Já no primeiro mandato do Governador Aécio Neves, ele havia prestado contribuição como Secretário de Fazenda. Com o Governador, com o apoio do Secretário Fuad, buscamos a possibilidade de termos mais recursos para o esporte. A partir da sua idéia, lançamos o projeto da Lei de Incentivo ao Esporte. Além do que falamos sobre malha rodoviária no Sul de Minas, teremos as previsões orçamentárias, os recursos previstos para quatro anos da sua manutenção. Minas Gerais vem sofrendo com as estradas. Tive a oportunidade, recentemente, numa intervenção neste Plenário, de lembrar especialmente a situação da BR-040. O trecho identificado é o do trevo que liga Ouro Preto a Conselheiro Lafaiete. Outro dia, relatava um amigo que fez essa viagem que, do trevo de Ouro Preto até Conselheiro Lafaiete, na BR-040, havia 35 carros no acostamento trocando pneus por causa dos buracos e 5 acidentes rodoviários. Há, então, uma situação de calamidade no Estado de Minas Gerais, mas, praticamente, nada se faz.

Infelizmente, vemos essa situação. Reconhecemos o trabalho realizado pelo Governador Aécio Neves em Minas Gerais, que, como disse, conta com grande apoio de sua base na Assembléia Legislativa. Servi ao atual governo, conheço o que foi planejado inicialmente e, agora, constatei que se cumpre aquilo que foi pensado, para que houvesse boa gestão e os recursos públicos fossem gastos da melhor maneira possível. Aliás, gastar bem os recursos públicos é algo fundamental. Infelizmente, muitos desses recursos são mal-utilizados. Basta lembrar que chega apenas o mínimo para atender às necessidades das crianças e das pessoas mais pobres. Muito se perde na função-meio, ou seja, grande quantidade de pessoas lançam mão desses recursos públicos e, assim, eles não chegam aos que merecem do poder público a atenção necessária.

Lembro-lhes e, de alguma forma, divulgo o que a revista veicula a respeito do governo de Minas Gerais, o primeiro governo a lançar algo tão importante, mas que, às vezes, se torna tão esquecido: o ensino fundamental de nove anos. Em nosso país e em nosso Estado, só poderá haver uma mudança social a partir desse investimento na primeira infância, momento em que as crianças têm oportunidade de ingressar na escola, principalmente porque está ocorrendo grande desagregação familiar. Antes as crianças eram educadas inicialmente pelas famílias, mas hoje, infelizmente, com a divisão das famílias, cada vez mais precisamos oferecer-lhes, desde cedo, por meio da escola, um cuidado especial. Foi o que fez o governo de Minas, que cuida de nossas crianças, investe na área social. Reconhecemos a gestão de dois governos do PSDB: o de Minas Gerais e o de São Paulo. Temos de reconhecer, ainda, a gestão de dois Governadores do PMDB, de um do DEM e de um do PSB. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, iniciamos esta semana com duas grandes preocupações: uma delas se refere à inclusão em pauta, para votação, se possível ainda neste semestre, do projeto de estruturação do Judiciário, que, neste momento, está sendo discutido na Comissão de Assuntos Municipais. Daqui a pouco, o parecer do relator deverá ser votado; a outra diz respeito à inclusão em pauta do projeto de lei do ICMS Solidário.

No final do ano passado e neste ano, falei sobre esses assuntos. Sr. Presidente, farei referência a esses projetos, do ponto de vista institucional. Alguns companheiros receiam incluir emendas ao projeto do Judiciário e levar à frente a votação do ICMS Solidário. Entendo que esta Casa, que sempre foi altaneira e modelo para o Brasil, não poderá, à guisa de dar suporte, apoio ao governo, tornar-se subserviente a ele. Não posso entender que o Parlamento seja assim. Não posso compreender isso, pois, do contrário, nem teria razão de ser eu estar aqui ocupando a tribuna.

Alguns companheiros, de forma clara, dizem que o governo não quer tratar desse assunto. Ora, o povo mineiro nos elegeu para estar aqui representando os seus interesses. Sabemos muito bem que há possibilidade de uma série de acordos com o próprio governo, com o Executivo, para que algumas ações sejam implementadas no Estado.

Ninguém mais do que eu defendeu tanto o Lula quanto Aécio. Ninguém mais do que eu ainda os defenderá em suas postulações futuras. Mas não é do meu caráter omitir-me em assuntos de importância para o povo mineiro e para o Estado de Minas Gerais.

Os colegas Deputados, aqueles poucos que ainda têm dúvida sobre esses dois assuntos, devem refletir. A sua função como representantes do povo de Minas Gerais, de 1, 2, 10 ou mais cidades de uma região, é qual? É ser maria-vai-com-as-outras? É falar aquilo que um colega outro dia disse, e não gostei; que esta Assembléia é uma "Assembléia homologatória", e não legislativa? Não posso entender que isso venha a acontecer, Sr. Presidente. Mesmo porque isso fere não apenas os brios do parlamentar, mas também a honra da representação popular que temos. Entendo que assuntos como esses dois que citei, tanto a ampliação das comarcas, das entrâncias especiais, como a redistribuição do ICMS para fazer justiça social com as cidades e regiões mais pobres do Estado de Minas Gerais, são altamente pertinentes a esta Casa. Esta Casa pode determinar e definir sobre essas matérias. No ano passado, a Assembléia de Minas deu um exemplo muito típico e característico ao votar o Projeto de Emenda à Constituição nº 17, um projeto polêmico do Ministério Público. E fez mais bonito ainda não só votando expressivamente, mas também derrubando um veto do Sr. Governador com 60 votos. Algumas questões não podem ser motivo de intimidação ou de subserviência. Precisamos de verbas para os nossos Municípios? Precisamos. Precisamos de nos entender com o governo? Precisamos. Isso é próprio da democracia. É a luta que o Deputado tem de empreender para levar recursos para a sua cidade, para a sua região. Isso é absolutamente natural. É claro que aqui em Minas recebemos verbas muito pequenas, se compararmos com as verbas que os Deputados Federais recebem. Recebemos cerca de um décimo do que os Deputados Federais recebem para distribuição em suas bases em Minas Gerais. Recebemos muito pouco.

Sr. Presidente, entendo que este é o momento de começarmos a discutir essas coisas. Pelo que conheço do Governador, pelos vários encontros que tive com S. Exa. - e os tive em abundância -, o tanto quanto eu combatia o seu pai e a ele mesmo em minha região, pois éramos adversários ferrenhos, eu os conheço desde a nascença. Sei que são democratas. Eles não têm nenhuma característica ditatorial para impor a esta Casa a votação desse ou daquele projeto. Sr. Presidente, tenho certeza de que não é este o caminho que estamos tomando. Algumas pessoas já estão-se colocando como tapete para que o Executivo passe sobre nós. Não é assim que o Parlamento deve-se comportar. Acho que deve haver alguma dignidade. O meu Líder, Deputado Adalclever Lopes, que é um revolucionário nas circunstâncias mais adversas da política mineira, me convidou a, amanhã, ir a Brasília para participar de um jantar com o Governador, com o nosso Ministro Hélio Costa e com as bancadas estadual e federal, quando terei a liberdade de falar ao nosso Governador a respeito desses dois assuntos. Acho que a Assembléia não pode abrir mão de votar o ICMS Solidário e a ampliação do Judiciário para melhorar a assistência da Justiça ao povo pobre da nossa região. Meu Líder, Deputado Adalclever, estará lá.

Sr. Presidente, nesta segunda fase do meu pronunciamento, gostaria de repensar alguns assuntos interessantes aqui. O Presidente Lula é imbatível hoje. Seu nome é relevado em qualquer lugar do Brasil. Mas daí a começarmos a catapultar essa sua popularidade para projetar o terceiro mandato é um pouco perigoso, como fizeram nosso conterrâneo e Vice-Presidente da República. Acho que, ao dizer aquilo, o José Alencar não sabia a importância que tem a sua voz, a sua palavra. Acende-se uma preocupação nos meios democráticos do Brasil em relação ao tipo de campanha que está sendo feita pelo Presidente, que está em plena campanha eleitoral municipal. Ele quer ganhar a eleição em todos os Municípios do Brasil, se possível, e isso nos preocupa porque no momento em que essa força ficar grande demais, a idéia do terceiro mandato por meio de plebiscito vai funcionar, é claro. O José Alencar tem uma clarividência fantástica ao dizer que, se consultado hoje, o povo outorgaria o terceiro mandato ao Presidente da República. Não me preocupo tanto porque o Lula está fazendo um bom governo, as coisas estão indo bem. Acho até tímido o seu governo, que poderia avançar mais na reforma agrária e nos programas sociais, por exemplo. No entanto, preocupo-me com a questão institucional. Todos ficaremos caladinhos, caladinhos? O meu amigo Deputado Tadeu Leite está na testa das pesquisas em Montes Claros, em primeiríssimo lugar. Ai, o Lula e o Ministro vão lá, pedem votos e derrubam o Tadeu. Fizeram o mesmo comigo em Teófilo Otôni. Seis Ministros e o Presidente da República foram lá e mudaram a eleição, o que acabou com a cidade. A minha preocupação tem razão de ser porque, terminadas as eleições municipais, se o esquema palaciano federal tomar conta da maioria dos Municípios, imediatamente teremos aqueles subservientes Deputados Federais e Senadores apresentando projeto de lei para fazer o plebiscito do terceiro mandato. Ai, o Hugo Chávez será mais que companheiro; aí o Fidel Castro passará seus últimos dias aqui em São Paulo, no Hospital Albert Einstein, para recuperar a saúde. Convidaremos todos os ditadores do planeta para virem morar aqui no Brasil, e esta será a terra da seqüência administrativa e política perigosa. É claro. O Presidente Lula tem dito que não aceita, que não quer, fala abertamente que é um democrata, que quer entregar o mandato ao próximo Presidente da República. Fico pensando: tem tanta gente com vocação para ser tapete, tanta gente querendo ser servil, tanta gente querendo ser subserviente neste país, que fico preocupado, Sr. Presidente. "O cordão dos puxa-sacos cada vez aumenta mais", dizia uma música de carnaval no passado. É um puxa-saquismo sem tamanho. Ninguém contesta o que o governo fala ou faz. E vejam: sou apoiador de Lula e de Aécio, mas ninguém me tira o direito de contestar as ações governamentais, de criticar, de sugerir, porque não nasci para ser tapete, tapete ou maria-vai-com-as-outras.

Sr. Presidente, este é um momento difícil. Estamos preocupados com as nossas bases eleitorais, não é, Deputado Tadeu Leite? Nas pesquisas realizadas em Montes Claros, V. Exa. está lá na testa; mas, se Lula resolver, vai lá com o Athos Avelino - que está em quarto lugar - e "manda brasa". Meia dúzia de Ministros vão lá, e será um paraíso. E vem PAC pra lá, PAC pra cá, PAC pra lá, PAC pra cá.

Existe um impacto em Montes Claros para arrebentar a estrutura política, como fizeram em Teófilo Otôni.

São duas preocupações que apresento neste pronunciamento de hoje. Uma é que esta Casa precisa ser mais altaneira e determinada. Não podemos deixar de olhar a questão social. Municípios pobres, paupérrimos, precisam do ICMS modificado pelo projeto de lei do Deputado Dinis Pinheiro sobre o ICMS Solidário.

Colocaram-me para coordenar o grupo de trabalho, e fiz todas as projeções possíveis - foram 11 - e todas as negociações possíveis, abrindo mão do que podia. Mas agora, Sr. Presidente, estou preocupado porque começou de novo aquele negócio do futebol, o chamado tapetão. A turma de cima, os comandantes do futebol começam a mandar e atrapalham o time e a vitória. O tapetão é um problema sério, que me preocupa. Isso porque a questão do ICMS Solidário deveria ter entrado na pauta da Comissão há três semanas, o que não aconteceu, por ter sido deixada para as semanas seguintes; e agora estão esperando o Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, chegar para conversar com o Governador. Não estou entendendo o que está acontecendo.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Deputado Getúlio Neiva, mais uma vez gostaria de parabenizá-lo por abordar o tema da redistribuição do ICMS em Minas Gerais. A aprovação do projeto do ICMS Solidário é muito esperada por esta Casa.

Realmente, precisamos movimentar-nos. V. Exa. tem toda razão em abordar esse assunto. Gostaria de dizer mais. Temos de organizar um movimento aqui, fazer uma queda-de-braço e chamar os Deputados que representam os pequenos Municípios, os Municípios mais pobres, que é a grande maioria desta Casa, visto que mais de 70% dos Deputados subscreveram essa emenda. O que não entendo é por que ela não vai a Plenário; ou melhor, entendo: é porque uma pequena minoria segura o projeto. Enquanto isso, continuamos com os Vales do Jequitinhonha, do Mucuri, com o Norte de Minas e com o Noroeste, juntos, que são quatro grandes regiões de Minas Gerais - o Deputado Getúlio Neiva está dizendo 40% do território mineiro -, que, se somadas, não arrecadam nem metade do ICMS que Betim, apenas uma cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte, arrecada. Isso é um escândalo; isso é inaceitável.

Quero aqui fazer coro com as palavras de V. Exa., para que tenha neste Deputado um aliado para alavancar esse movimento. No entanto, discordo de V. Exa. em relação ao terceiro mandato, até porque o Presidente Lula é um democrata.

O Deputado Getúlio Neiva - V. Exa. é a favor do terceiro mandato?

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Eu seria a favor se ele fosse candidato. Se o Lula for candidato a Presidente, com certeza terá o meu apoio e o meu voto, mas não é a intenção do Presidente mudar as regras do jogo, até porque temos grandes nomes no nosso partido para substituir o Presidente Lula, como, por exemplo, o nosso Ministro Patrus Ananias, que é uma referência nacional e que pode muito bem ser o candidato apoiado pelo Lula e pelos partidos da base aliada, para que possamos dar continuidade a esse governo que vem dando certo e mudando o Brasil.

O Deputado Getúlio Neiva - Muito obrigado, Deputado Paulo Guedes.

Aproveitando o mote a que V. Exa. se referiu, embora as pessoas talvez se esqueçam, lembro-me de que tivemos na seqüência da disputa pela Presidência da República, primeiro, o Sr. Mário Covas, depois o Sr. Fernando Henrique, por duas vezes, e, em seguida, o Presidente Lula. A tropa de São Paulo dominou, por isso temos de dar um jeito de "mineirizar" um pouquinho a política deste país. Temos de começar a trabalhar isso; se continuarmos sendo mineiros de fato, honestos, sinceros e, sobretudo, desassombrados, e tivermos a coragem que Tancredo teve, no PMDB, de lançar, pelo Brasil a fora, a campanha das diretas já, e coragem de peitar os mandantes dos partidos brasileiros, certamente vamos fazer alguma modificação.

Sr. Presidente, vou encerrando dizendo a V. Exa. que duas situações me preocupam: uma são os dois projetos que precisam, de fato, ser votados nesta Casa; e a outra é a pré-campanha eleitoral municipal feita pelo Sr. Presidente da República na tentativa de marcar terreno para o plebiscito do terceiro mandato, logo após as eleições de 2008. Isso me preocupa.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, no último dia 7 de abril celebramos uma importante data, que homenageia uma das mais relevantes profissões: o Dia do Jornalista. Parabenizo todos os jornalistas, a começar pelos que fazem nossa cobertura, que trabalham na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que tão bons e competentes profissionais tem produzido para Minas e para o Brasil.

Com muita honra, tenho a oportunidade de fazer, desta tribuna, solicitando que conste nos anais desta Casa, a leitura de uma nota comemorativa, mas também afirmando os princípios do jornalismo sério, democrático e independente, a qual foi amplamente divulgada pela Federação Nacional dos Jornalistas, cujo Presidente é Sérgio Murilo de Andrade. Essa nota é assinada por vários sindicatos, inclusive o nosso combativo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, o qual cumprimento na pessoa do jornalista Elian Guimarães e do nosso companheiro Aloísio Lopes, que me solicitaram que procedesse a essa leitura. (- Lê:)

"Dia do Jornalista: hoje nós somos a pauta em defesa da liberdade de imprensa e da democracia na comunicação. Conscientes da sua função social, na qual se destaca a responsabilidade de defender o direito fundamental do cidadão à informação de qualidade, ética, plural e democrática, os jornalistas brasileiros comemoram o 7 de abril reafirmando as grandes lutas que, ultimamente, têm marcado a nossa pauta diária: a exigência de uma nova Lei de Imprensa e do fim da violência e dos ataques contra as liberdades de expressão do jornalismo e dos jornalistas; a construção de uma conferência nacional de comunicação com real participação da sociedade; a garantia das conquistas da categoria e o avanço na valorização da profissão.

Ratificamos a necessidade imperiosa de uma nova Lei de Imprensa em substituição a um dos entulhos da ditadura, a Lei nº 5.250, que já existe há 40 anos e que, além de ultrapassada, não atende aos interesses do jornalismo, da categoria e da sociedade. A Fenaj e seus 31 sindicatos filiados defendem a imediata aprovação do Projeto de Lei Federal nº 3.232, de 1992, o chamado Substitutivo Vilmir Rocha, que dorme na Câmara dos Deputados há mais de 10 anos, pronto para a votação em Plenário desde agosto de 1997.

Conclamamos outras entidades representativas da sociedade e a categoria dos jornalistas como um todo para aderirem à campanha que a Federação e os Sindicatos dos Jornalistas já desenvolvem, com o objetivo de sensibilizar o Congresso Nacional e os parlamentares federais em cada Estado para a urgência de revogar a lei atual e substituí-la por uma nova e democrática Lei de Imprensa.

Acreditamos que a aprovação dessa nova lei faz parte das nossas lutas maiores pela liberdade de imprensa e pela democracia na comunicação no Brasil, que vem sofrendo ataques através das mais diversas formas de violência contra o jornalismo e os jornalistas: censuras e cerceamentos econômicos, políticos, sociais e morais, externos ou pelos patrões, intimidações, perseguições, assédios judiciais, agressões verbais e físicas por agentes públicos e privados descontentes com a cobertura jornalística sobre seus atos e interesses.

Reafirmamos que igualmente é nossa tarefa cotidiana - e na qual também colocamos imenso empenho - construir a realização de uma conferência nacional de comunicação ampla, democrática, com efetiva interferência da população brasileira. Uma conferência que envolva representação da sociedade civil, do governo e do empresariado, com três eixos temáticos: meios de comunicação, cadeia produtiva e sistemas de comunicação.

Neste 2008, quando celebramos 200 anos de imprensa no Brasil, 70 anos da nossa primeira regulamentação profissional, 100 anos de fundação da ABI "Associação Brasileira de Imprensa" e 90 anos do primeiro congresso nacional da categoria, também assinalamos como agenda diária dos jornalistas a denúncia do arrocho salarial, do desemprego e da precarização das relações trabalhistas e a reivindicação de melhores condições de trabalho. Com o mesmo peso, pautamos a defesa da obrigatoriedade da formação universitária específica, um dos pilares da nossa regulamentação, e da constituição de um conselho federal dos jornalistas que, como os demais conselhos profissionais existentes no País, garanta à nossa categoria" - dos jornalistas - "a auto-regulação da profissão.

A Fenaj e seus sindicatos, neste 7 de abril de 2008," - Dia do Jornalista - "parabenizam os jornalistas do Brasil - profissionais e professores -, além dos estudantes de jornalismo". Aproveito para estender o cumprimento às escolas de formação de Minas Gerais. "Celebramos com vocês e com a sociedade, cujo direito à informação é a razão maior das nossas grandes e pequenas lutas, as vitórias já alcançadas ao longo destes 200 anos de imprensa no País. Ao mesmo tempo, fazemos uma convocação: pelo papel social desempenhado pelo jornalismo e jornalistas, continuemos firmes nas batalhas pelo fortalecimento e valorização da profissão, pela liberdade de imprensa e democracia na comunicação."

Assinam esta nota a Federação Nacional dos Jornalistas - Fenaj -, o Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais e dezenas de sindicatos espalhados por todo o País. Fica, portanto, o nosso reconhecimento, como parlamentar, Deputado, e assistente social. Foi um imenso prazer fazer, desta tribuna, o reconhecimento da importante função desempenhada pelos jornalistas em Belo Horizonte, em Minas Gerais e no Brasil. Deixo-lhes os nossos cumprimentos, desde já transmitindo a nossa adesão político-partidária - apoio que já é deliberação do PT - a essa grande bandeira que já está em curso, de realização da conferência nacional de comunicação, com real participação da sociedade.

Finalmente, Sr. Presidente, gostaria de ressaltar a importância das ações que a Oposição, ainda que numericamente inferior, desempenha na Assembléia, em diálogo com os partidos da base aliada. Hoje, a imprensa destaca a "redução histórica na conta de luz em Minas Gerais", de 17,11%.

Nós, do PT e do PCdoB, tendo à frente o competente Deputado Weliton Prado, acompanhamos de perto e lutamos pela redução das contas de luz em Minas Gerais, beneficiando o cidadão comum, o trabalhador e também possibilitando a atração de novos investimentos para o Estado. Uma campanha que tomou conta de todo o Estado e que teve também a participação de Deputados da base aliada. O Deputado Padre João é um dos grandes expoentes dessa luta. O importante é que a união faz a força, e a mobilização de todos, tendo à frente o Bloco PT-PCdoB, com os Deputados Weliton Prado, Padre João, Carlin Moura e todos nós, fez com que conquistássemos essa redução de 17,11%. Mas o ICMS ainda é muito alto, e temos que reduzi-lo nas nossas contas de luz, para baixá-las ainda mais, fazendo com que o recurso hoje despendido com a conta de luz resulte numa melhor alimentação e numa melhor qualidade de vida do cidadão.

Cobramos também da Cemig agilizar a implantação do Programa Luz para Todos em Minas Gerais. Infelizmente, o cronograma em Minas anda bem atrasado, principalmente nas regiões que mais precisam dela. Queremos que a Cemig atenda principalmente as regiões mais distantes, que ficaram para trás talvez pelo fato de o custo das ligações ser mais alto. São regiões que merecem o nosso respeito - o Noroeste, o Jequitinhonha, o Norte de Minas, o Mucuri, o Rio Doce -, onde o cronograma da implantação do Luz para Todos está atrasado. Então, da mesma forma que vimos comemorar a redução conquistada pelo povo de Minas Gerais, vimos também cobrar da Cemig a aceleração do o cronograma de implantação do Programa Luz para Todos em Minas Gerais.

Sr. Presidente, estas são as nossas palavras, agradecendo a generosidade do tempo extra concedido.

O Deputado Carlin Moura* - Exmº Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público e imprensa presentes. Acabamos de receber aqui na Sala de Imprensa da Assembléia Legislativa a visita do Embaixador em Cuba Tilden Santiago, que veio acompanhado de pais de alunos que estudaram em universidade de medicina em Cuba e de alunos que se formaram doutores em medicina nesse país. A visita do Embaixador hoje a esta Casa, com a sua presença na galeria da Assembléia Legislativa - aliás, o convidamos para vir ao Plenário -, muito nos honra. O Embaixador veio trazer um problema de fundamental importância. Trata-se da epidemia de dengue no Estado do Rio de Janeiro, especialmente na Capital, que vive hoje um problema sério com essa epidemia. O Embaixador alertou que a questão da epidemia da dengue no Rio de Janeiro não pode ser discutida do ponto de vista de quem é a responsabilidade, se do governo municipal, estadual ou federal. Essa não pode ser a questão. Precisamos tratar essa questão da epidemia sob o ponto de vista da apresentação de soluções, de enfrentamento do problema em sua forma concreta e objetiva. A situação no Rio de Janeiro é interessante, porque Niterói, cidade vizinha, que fica a 14km da Capital do Rio de Janeiro, tem um programa em andamento de combate à dengue utilizando a tecnologia e a experiência cubana de combate a esse tipo de epidemia. Em Niterói, a dengue está sob controle.

Recentemente, o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, disse que pedirá ajuda ao governo cubano para enfrentar a epidemia de dengue aqui no Brasil. Desta feita, o Embaixador está aqui com alunos formados para dizer - a contribuição de Cuba é muito importante - que aqui no Brasil há alunos formados em medicina que estão proibidos de trabalhar neste país como médicos. O Embaixador, com a Associação de Pais e Alunos de Cuba, escreveu uma carta, Sr. Presidente, ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, a qual quero reproduzir da tribuna desta Assembléia. Antes, gostaria de registrar a presença, no Plenário, do nosso querido Embaixador Tilden Santiago, que tanto nos honra. Passo a ler a carta dirigida a Sérgio Cabral, Governador do Estado do Rio de Janeiro, assinada pelo Embaixador Tilden Santiago, que esteve à frente da Embaixada de Cuba no período de 2002 a 2007. Diz o Embaixador em sua carta: "Meu caro Governador Sérgio Cabral. Existem hoje no Brasil quase 300 jovens médicos brasileiros desempregados formados em Cuba nos últimos anos. Eles esperam pelo reconhecimento do diploma. Aprenderam medicina num país que se preocupa com a saúde pública e com uma prática direta de formação científica. Basta ver o Pólo Científico em Havana, que detém os avanços científicos de ponta de norte-americanos e soviéticos, refletindo nas dezenas de faculdades de Medicina do país onde nossos jovens doutores se formaram. Mas é bem verdade que eles se destacam pela forte prática médica adquirida junto ao povo cubano em seus hospitais. Desde o terceiro ano de Medicina, eles praticam semanalmente, num plantão de 24 horas nos famosos "cuerpos de guardia", os prontos-socorros das policlínicas e hospitais. E é bom lembrar que mesmo os especializados receberam uma forte dose de teoria e prática na clínica geral, como médicos de família.

Governador Sérgio Cabral, como seu amigo e ex-Embaixador do Brasil em Cuba, queria sugerir-lhe o aproveitamento de nossos conterrâneos desempregados o mais urgente que puder. É constrangedor ver o não-aproveitamento deles e a situação complexa que nossos irmãos cariocas enfrentam no Rio e adjacências. Ontem, lia nos jornais cariocas que mais de 60 pessoas já morreram e mais de 50 mil sofrem com a dengue convencional ou hemorrágica. Tenho visto também, Sérgio, cidadãos mais conscientes da vida da Nação reclamarem que, no início dessa fase trágica do Rio, a discussão se centrou na preocupação de discutir publicamente se era ou não uma epidemia e quem era o responsável. Isso realmente foi lamentável, mas parece que passou.

Dirijo-me a você porque reconheço sua vontade política de enfrentar e solucionar o problema. O Alexandre de Betim, pai da Dra. Marina, desempregada, Presidente da Associação de Pais de Alunos de Cuba, poderá ajudá-lo a conchamar os desempregados espalhados pelo Brasil. As jovens Dra. Keila, de Contagem, e Dra. Janaina, de Belo Horizonte, poderão ajudá-lo também nessa empreitada de localizar e convidar seus colegas desempregados. Gostaria que sua assessoria passasse essa mensagem ao Prefeito César Maia, a quem recebi em Havana, e aos Ministros Temporão e Fernando Haddad, em função também de acelerarem o reconhecimento dos diplomas conquistados em Cuba. Meu abraço amigo, e faça do seu poder um serviço ao povo carioca. Tilden Santiago, Embaixador de Cuba de 2002 a 2007."

Pois bem, Sr. Presidente, com um gesto simples e efetivo, o Embaixador Tilden Santiago e os doutores em medicina formados em Cuba estão contribuindo para enfrentar o grave problema da epidemia de dengue. A medicina em Cuba dá profunda ênfase ao sanitismo e à pessoa humana. Hoje se encontram no Brasil mais de 200 médicos formados em Cuba que não podem exercer sua profissão em função de alguns entraves burocráticos e, às vezes, de alguns entraves de algumas corporações de ofício que tentam impedir o exercício da profissão daqueles que podem contribuir para o Brasil. Hoje o Brasil envia mais de 400 jovens a Cuba. Geralmente esses jovens são filhos de trabalhadores, das camadas mais pobres do nosso Brasil que, infelizmente, não têm condições de estudar medicina numa escola particular, porque é uma fortuna, e, em muitas vezes, encontram fechadas as portas das universidades públicas. Infelizmente, o sistema de ensino superior no Brasil ainda exclui efetivamente os filhos dos trabalhadores, dos mais pobres deste país. A faculdade de Medicina, especialmente a das universidades públicas, abre suas portas para os mais aquinhoados deste país.

Dessa forma, Sr. Presidente, apelamos ao Governador do Rio de Janeiro para que tenha sensibilidade e aproveite essa mão-de-obra altamente especializada que está aqui no Brasil. Eles são nossos conterrâneos, colegas, jovens de Belo Horizonte, de Contagem e de Betim, que, sem dúvida, podem ajudar com o seu conhecimento científico e acúmulo cultural.

Diga-se e repita-se: na melhor faculdade de Medicina do mundo, reconhecida mundialmente, que é a Faculdade de Medicina de Cuba.

Então, esse gesto simbólico e expressivo do Embaixador é de fundamental importância.

O Deputado Padre João (em aparte)*- Obrigado, camarada, Deputado Carlin Moura. Saúdo aqui o nosso querido Embaixador Tilden Santiago pela sensibilidade e iniciativa. Tilden, que, como colega, é parlamentar, como Deputado é colega, como companheiro de partido é colega, é irmão no sacerdócio. Então, temos muito em comum com a pessoa do Embaixador Tilden Santiago. Parabenizo-o pela sensibilidade e iniciativa. Às vezes, muitas pessoas são capazes de perceber as coisas, mas a percepção não é seguida de iniciativas felizes como essa do Embaixador Tilden. Aproveitando que temos, por coincidência, um médico presidindo os nossos trabalhos, gostaria de dizer, Deputado Carlin Moura, que está nas minhas mãos um projeto de lei que está tramitando também na Câmara. Um projeto de lei segundo o qual todos os profissionais da saúde tenham uma carga horária de, no máximo, 30 horas. É o projeto que está em tramitação. Enquanto aqui, no Estado, estão com 30 horas, sobretudo a enfermagem, querem estender para 40 horas. Gostaria de dizer, Sr. Presidente, se estão para desconvoacar a reunião extraordinária da noite, é dizer da nossa predisposição. Se não tiver essa abertura, pode desconvoacar as reuniões extraordinárias até o final do mês, porque o que queremos é o entendimento e avançar em sintonia com o País. Aqui há todas as justificativas para garantir não só a qualidade de vida para os profissionais, mas um trabalho eficiente. Trata-se de saúde e, dessa forma, é a vida que está em jogo. Precisamos avançar. Deputado Carlin Moura, parece que não há nenhuma sinalização do governo em rever essa arbitrariedade, esse atropelo, com os servidores e mesmo com esta Casa, sobretudo com a Oposição, em que já houve, em 2005, um entendimento de que esse assunto não seria mais discutido aqui nesta Casa. Muito obrigado. Parabéns a V. Exa., por destacar a tão ilustre presença e, sobretudo, a iniciativa do nosso Embaixador e companheiro Tilden Santiago.

O Deputado Carlin Moura* - Agradeço o aparte do Deputado Padre João. V. Exa. levanta um aspecto fundamental. É importante fazer o nexo, a ligação com o ato do Embaixador Tilden Santiago, porque esse ato mostra que cada qual tem de fazer a sua parte. A sociedade civil, os cidadãos e cidadãs deste país, as associações de pais e também o Parlamento, Deputado Padre João, têm de cumprir o seu papel. O Parlamento brasileiro precisa estar em sintonia com as demandas do povo, precisa estar em sintonia com o que o povo quer que o Parlamento resolva. O Deputado Padre João lembra corretamente: Minas não pode navegar contra a maré, caminhar para trás na história. A conquista da jornada de 30 horas é uma conquista desses servidores do SUS, especialmente os enfermeiros. Aumentar essa jornada para 40 horas é um contra-senso. Aí, reafirmo a posição de V. Exa. e da nossa bancada. Não permitiremos a votação dessas 40 horas. Quero também salientar o ponto de vista do Congresso Nacional, que também precisa acordar. Os Deputados Federais e os Senadores precisam acordar para a realidade do povo brasileiro. Enquanto o Rio de Janeiro está morrendo em razão da epidemia de dengue, o Congresso Nacional insiste em discutir fatos que não são de interesse do povo. Padre João, o Congresso Nacional, por exemplo, contribuiria muito no enfrentamento da epidemia se colocasse em votação a regulamentação da Emenda à Constituição nº 29, que determina o investimento de 12% no SUS. Se se destinasse mais dinheiro à saúde pública, o combate à dengue no Rio de Janeiro seria mais eficiente. O mesmo acontece, Padre João, em se tratando da seguinte situação: há um acordo bilateral, entre o governo cubano e o governo brasileiro, de cooperação cultural e científica, que vem sendo discutido nos dois governos, desde 2006, para regulamentar, facilitar e desburocratizar o reconhecimento dos diplomas das médicas e dos médicos formados em Cuba, porque lá existe uma escola de alta capacidade, de alta competência, reconhecida mundialmente. Esse acordo está travado no Congresso Nacional por força dos lobistas, que não querem que esse projeto seja votado. Isso não contribui no enfrentamento dos problemas concretos do povo. Se esse acordo já tivesse sido homologado pelo congresso Nacional, teríamos pelo menos 200 médicos dispostos a prestar assistência e conhecimento à grave situação dessa doença, que já poderia ter sido erradicada do Brasil há muito tempo. Entretanto parece que o Congresso Nacional prefere discutir questões menores, por exemplo, o dossiê do Fernando Henrique ou a tapioca baiana e se esquece de discutir os verdadeiros problemas do povo. Precisamos salientar que a sociedade civil não agüenta mais as pessoas olharem apenas para o próprio umbigo. Precisamos ter atitudes mais concretas, por exemplo, essa carta enviada ao Governador Sérgio Cabral para aproveitar a mão-de-obra que existe no Brasil. São mais de 200 médicas e médicos dispostos a trabalhar, a ajudar a enfrentar a epidemia da dengue. Aliás, não apenas o Rio de Janeiro sofre com a epidemia; ela já ameaça Belo Horizonte e todo o Estado de Minas Gerais. Temos mão-de-obra especializada, jovens recém-formados que querem aplicar o seu conhecimento em favor do povo; mas, em razão da burocracia e do

corporativismo, estão sendo impedidos de trabalhar.

Assim, Sr. Presidente, quero felicitar todos os jovens que se formaram em medicina em Cuba e dizer-lhes que somos solidários na luta do reconhecimento de profissionais que estão aqui no Brasil para trabalhar. Mas não podemos permitir o que aconteceu há pouco tempo: médicos que cuidavam do povo, de uma hora para a outra tiveram que sair do País, fugidos, porque certas corporações não permitiam que trabalhassem.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Primeiramente, parabeno-o por trazer tema tão importante num momento em que o País vive essa grave crise, o crescimento da dengue no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em outros Estados da Federação. Quero também reconhecer esses profissionais que são brasileiros, que fizeram o curso de medicina em Cuba, mas que hoje estão impedidos de desenvolver o seu trabalho. Quero também saudar o ex-Embaixador do Brasil em Cuba, Tilden Santiago, que está presente e que é defensor dessa causa.

Tenho certeza de que ele conseguirá convencer não somente o Governador do Rio, mas também os nossos Ministros Temporão, da Saúde, e Fernando Haddad, da Educação, bem como todas as lideranças políticas, a fim de que esse reconhecimento venha o mais rápido possível e para que centenas de profissionais que estão aí, sem poder exercer a sua função, possam contribuir com o nosso país nessa área.

A questão da medicina no Brasil é muito séria. Faltam médicos em toda região. No Norte de Minas, cidades pequenas, por exemplo, estão oferecendo salários de R\$13.000,00 para médicos; mas, mesmo assim, não há profissionais.

Assim, é importante reconhecer que Cuba é uma referência internacional em medicina. Um brasileiro que se forma em medicina nesse país não pode ser impedido de exercer a sua função aqui no Brasil.

Aproveito ainda esta oportunidade, Deputado Carlin Moura, para comemorar a redução da conta de energia anunciada pela Aneel. Foi uma luta histórica do nosso companheiro Deputado Weliton Prado, que, juntamente conosco, levantou a bandeira e puxou o movimento. Hoje estamos comemorando essa grande conquista. Ainda é pouco, pois, mesmo com esse desconto de 17%, pagamos a conta de energia mais cara do Brasil. Mas já foi uma grande conquista. Valeu a pena, Deputado Weliton, a sua luta e a nossa aqui nesta Casa em defesa dos consumidores de Minas Gerais, das indústrias e da geração de emprego. Por isso parabeno V. Exa. e ao Deputado Carlin Moura. A nossa bancada hoje está alegre e feliz com essa conquista inédita. Nos últimos 11 anos, a conta vinha tendo aumentos seguidos. Nos últimos 10 anos, houve um aumento de quase 500% na conta de energia em Minas. Nesse período, Deputado Carlin, a inflação não passou de 60%. Havia um aumento absurdo. Graças a Deus, a Aneel começou a enxergar isso e determinou esse desconto de 17% para os consumidores de baixa renda de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura* - Nobre Deputado Paulo Guedes, V. Exa., mais uma vez, exemplifica a importância da atuação concreta do Parlamento ao citar essa luta liderada pelo Deputado Weliton Prado com o objetivo de reduzir a conta da Cemig. Tivemos hoje uma vitória expressiva com o índice de redução de 17,11%. Isso é o sintoma maior de que o Parlamento, quando quer atuar, interfere na vida concreta do cidadão. Ele pode interferir para o bem ou para o mal. Esse é um bom exemplo dessa atuação.

Faço minhas as suas palavras para cumprimentar o Deputado Weliton Prado por essa importante conquista, qual seja, a redução de 17,11% nas contas de energia elétrica.

Como bem disse o Deputado Weliton Prado, a luta não pára por aí. A próxima batalha é a redução do ICMS sobre a conta de luz. O ICMS de Minas ainda continua o mais caro do Brasil. Há uma incidência de 30% na tarifa aberta. Se for alíquota cheia, passa para 43%.

Esse é um exemplo concreto de uma luta objetiva, que demonstra a importância do Parlamento e da Oposição. Já dizia um ditado chinês, Deputados Weliton Prado e Paulo Guedes, que, quando o gato e o rato entram em acordo, quem perde é a despensa. Ter Oposição que cobra, que questiona é importante. Quando se juntam Oposição e Situação, quem fiscalizará e cobrará quem? Fica tudo muito esquecido, e a despensa "paga o pato".

Então, o exemplo do Deputado Weliton Prado é importante. Estou muito satisfeito também com essa vitória. O povo de Minas Gerais está de parabéns. Se não fosse a presença das pessoas que estiveram no auditório do Cefet para pleiteá-la, na audiência pública da Aneel, essa redução não teria saído.

Isso serve de exemplo e de lição para a juventude do PSDB, que esteve na audiência pública, gritando, alto e bom som, que não precisava haver redução da conta de energia, pois ela era muito boa. Compareceram com ônibus, com camiseta para mostrar a serviço de quem a juventude do PSDB está. Aliás, estive lá até para tentar agredir algumas pessoas.

Então, esse é um exemplo concreto, por meio do qual se vê que, quando o povo luta, concretiza seus ideais. Parabeno o Deputado Weliton Prado.

Quero, ainda, fazer um importante registro, pois penso que, quando conquistamos algo, temos de registrá-lo. Aproveito também para parabenizar a Secretaria de Defesa Social, especialmente o Secretário Maurício Campos. Às vezes venho à tribuna para questioná-lo, mas tenho um profundo respeito por ele, em razão de sua competência, capacidade, bem como porque é um ex-colega da faculdade de Direito. Agradeço-lhe publicamente o atendimento a um pleito que havia muito defendíamos nesta Casa, qual seja, a desativação do 2º Distrito Policial de Contagem, a 2ª DP. Ontem, finalmente conseguimos desativá-lo. Foi uma luta homérica da Comissão de Direitos Humanos, dos Deputados Durval Ângelo e João Leite, da Associação dos Parentes de Presos e dos advogados, que sempre denunciaram a situação.

Fizemos várias visitas à delegacia. Às vezes, ao ir lá, sentia-me constrangido, pois sempre dizíamos que iríamos desativar a delegacia, e os presos já estavam desconfiando da nossa palavra; todavia, graças a Deus e à eficiência do Secretário Maurício Campos, a delegacia foi desativada. Então, sentimo-nos satisfeitos e reconhecemos publicamente essa vitória importante.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Deputado Carlin Moura, parabeno-o pelo pronunciamento. Realmente, estamos muito felizes com a redução da tarifa da conta de luz, o que, aliás, acontece pela primeira vez. Agradecemos a todas as pessoas que assinaram o abaixo-assinado e enviaram contribuições à Aneel. Agradeço, especialmente, ao Deputado Carlin Moura, que, da tribuna desta Casa, apoiou essa causa, além de ter posto seu mandato à disposição dessa luta pela redução da tarifa de energia elétrica. Enfim, agradeço ao seu partido, o PCdoB, ao PT, às entidades, aos sindicatos e à Igreja. Temos muito que comemorar, porém temos de lembrar que essa foi apenas uma vitória numa pequena batalha, e não numa guerra. Como V. Exa. disse, a luta continua. Houve 17,11% de redução na tarifa das residências, dos estabelecimentos dos pequenos comerciantes e das pequenas indústrias, consumidores de baixa tensão, mas o valor da conta continuará alto. Portanto, temos de fazer muito mais.

Ademais, temos de travar uma verdadeira luta pela redução do ICMS, que, em Minas Gerais, chega a 42%. É o ICMS mais caro do Brasil. Por isso, temos de fazer mobilizações. Costumo dizer que o nosso mandato é meio parecido com a Igreja, em que, todos os anos, se faz uma

campanha. Colocamos muita energia na luta pela energia. Na verdade, grande parte da energia de nosso mandato foi canalizada para a luta pela redução da tarifa da conta de luz da Cemig.

Temos mais três frentes: a questão do ICMS, para a qual a mobilização é fundamental; a questão do DPVAT, seguro obrigatório, que, nos últimos anos, subiu de forma absurda; e a questão da tarifa de água da Copasa. Temos, ainda, de definir as prioridades. Algumas pessoas estiveram em Frutal, Iturama, Capinópolis, enfim, em todo o interior do Estado, onde a população está revoltadíssima por causa dos valores absurdos cobrados na conta de água. Como se sabe, a água é um bem essencial à vida, mas tem preço de vinho. De acordo com a legislação, a água é gratuita; o que se paga é sua transmissão e tratamento. Não se pode cobrar pela água. Queremos verificar todas as planilhas, fazer um acompanhamento e definir apenas as prioridades.

Agradeço a todas as pessoas que participaram da audiência no Cefet, bem como às que fizeram parte da caravana ontem, em Brasília, onde permanecemos durante algum tempo, em vigília. Obrigado, Deputado Carlin Moura. No tocante às nossas lutas, a unidade dos partidos e dos Deputados desta Casa é muito importante para avançarmos e promovermos as transformações de que o nosso Estado tanto precisa.

O Deputado Carlin Moura* - V. Exa. é que está de parabéns, Deputado Weliton Prado. Esteja convicto de que o caminho trilhado por V. Exa. encontra, de forma solidária, o respaldo do povo de Minas Gerais. Não é à toa que V. Exa. é um dos Deputados mais votados neste Estado e certamente continuará trilhando esse caminho.

Quero agradecer profundamente ao Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, esse médico de grande sensibilidade e grande irmão, ou melhor, pai, de tão maravilhoso que é, o tempo concedido. Agradeço ainda, sem dúvida nenhuma, ao Embaixador Tilden Santiago, aos médicos formados em Cuba e à Associação de Pais, Alunos e Estudantes de Cuba.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 8/4/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Gilberto Abramo

nomeando Andrea Alves Patricio Vilela para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 4 horas.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: (donatária): Província Carmelitana de Santo Elias. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Licitação: dispensa.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Drive A Informática Ltda. Objeto: fornecimento de 110 "notebooks" da marca HP. Objeto deste aditamento: retificação da cláusula atinente ao prazo de garantia contratual. Licitação: adesão à Ata de Registro de Preços nº 31/2007, da Secretaria de Planejamento e Gestão (Pregão Presencial nº 5/2007).